



ACÇÃO FORMADORA DO IAC

PARTILHA DE SABER

REDE CONSTRUIR JUNTOS

PÁG. 5

FORUM EUROPEU SOBRE CRIANÇAS DE RUA

PÁG. 6

11º ENCONTRO INTERNACIONAL DE LUDOTECAS

PÁG. 8/9



TATIANA, 10 ANOS

EDITORIAL

O SOS-Criança fez vinte anos, duas décadas de um trabalho recompensador, de qualidade e de rigor. Em 1988, quando o IAC criou este serviço com o objectivo de dar voz à Criança venceu uma grande batalha, em que só alguns apostavam e não eram muitos, a batalha de dar voz às crianças que sofriam em silêncio.

Com o tempo, o SOS-Criança, enquanto serviço pioneiro em Portugal, passou a ser considerado pela maioria das pessoas um serviço de primeira necessidade.

Desde o dia em que o telefone tocou pela primeira vez, foram mais de oitenta mil as crianças que beneficiaram da imediata intervenção do SOS-Criança.

Com perseverança, dedicação, sentido de responsabilidade e muito trabalho, o SOS-Criança tem conseguido responder aos novos problemas, às novas realidades, aos novos tempos e, num contínuo, passou a dinamizar para além de um Atendimento Telefónico e personalizado especializado e de um Serviço de Apartado e de e-mail,

equipas de Mediação Escolar, que intervêm nas Escolas, através dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família, intervenção que tem como objectivo a diminuição do abandono, do absentismo, da violência escolar, assim como dos comportamentos aditivos, entre uma multiplicidade de complexas situações que perpassam do tecido social para dentro da comunidade escolar.

Foi em 2004 que este serviço foi enriquecido com o SOS-Criança Desaparecida, valência de extrema importância e de muita utilidade.

O reconhecimento de que beneficia o SOS-Criança permite-nos hoje dizer de uma forma eufemística que o SOS-Criança é um direito das crianças, reconhecido pelo Estado, pela Sociedade Civil, pelas Famílias e sobretudo pelas Crianças.

MANUEL COUTINHO
SECRETÁRIO-GERAL, COORDENADOR DO SOS-CRIANÇA

PARTILHAR SABERES

Não sendo, na sua génese, uma entidade formadora, o Instituto de Apoio à Criança (IAC) tem vindo a interiorizar a necessidade de partilhar com as mais diversas entidades e pessoas o saber, de experiências feitas, acumulado ao longo dos seus anos de existência.

Assim e por imperativo também legal, constituiu, no já longínquo ano de 1998, o 1º Dossier de Acreditação, para validar as actividades desenvolvidas no âmbito do Projecto “Unidade de Aconselhamento em Emprego



**BOLETIM DO IAC Nº 90
OUTUBRO/DEZEMBRO 2008**

director

Matilde Rosa Araújo

editor

Clara Castilho

conselho editorial

Coordenadores de Serviços IAC

equipa técnica responsável

Ana Filipe, Anabela Fonseca, Cristina Funico,

Fernando Carvalho, Isabel Oliveira, Palmira

Carvalho

colaboradores

Alexandra Simões, Ascensão Andrade, Bruno

Pio, Cristina Funico, Dulce Rocha, Fernando

Carvalho, Maria João Cosme, Manuel Cou-

tinho, Maria João Malho, Palmira Carvalho,

Paula Paçó, Roque Martins, Teresa Mendes

edição

Instituto de Apoio à Criança

Largo da Memória, 14

1349-045 Lisboa

Tel.213617880-Fax213617889

Endereço Internet

<http://www.iacrianca.pt>

e-mail: iacsede@netcabo.pt

concepção gráfica e produção

José Imaginário

fotolitos e impressão

Tipografia da Associação

dos Deficientes das Forças Armadas

depósito legal

Nº74 186/94

tiragem

3000 ex.



ATELIER DE EXPRESSÃO PLÁSTICA: 17ª ACÇÃO DE FORMAÇÃO PARA ANIMADORES

e Formação”, iniciado em Maio de 1997, tendo este uma segunda candidatura em 1998.

Este projecto, que decorreu no Bairro 6 de Maio, na Amadora, pela mão do Projecto Rua e de uma rede de parceria composta pela Associação Jovens Promotores de uma Amadora Saudável, Associação Morna, Associação Unidos Cabo Verde e Centro Social 6 de Maio, integrou-se na dimensão de dinamização económica e social pela via do apoio à inserção, qualificação e formação profissionais.

Após a apresentação deste dossier, junto do então designado Instituto para a Inovação na Formação (INOFOR), foi atribuído ao IAC o processo nº 1399, em 09/02/1998.

Em 25 de Fevereiro desse mesmo ano, foi confirmada a sua acreditação como entidade formadora, pelo prazo de três anos nos seguintes domínios de intervenção:

- Organização e promoção;
- Outras formas de intervenção.

A oferta formativa centrava-se mais nas minorias étnicas e pessoas

em situação de exclusão.

ACREDITAÇÃO SEMPRE RENOVADA

Em 2001, rodeado de algumas vicissitudes fruto do complexo processo burocrático que a renovação da acreditação sempre pressupõe, o IAC desenvolveu, mais uma vez, as diligências necessárias para que aquela acontecesse.

Na sequência daqueles procedimentos, em 26-11-2001, recebemos a informação da renovação da acreditação, pelo mesmo período da anterior, referente aos seguintes domínios:

- Concepção;
- Organização e formação;
- Desenvolvimento/execução;
- Outras formas de intervenção.

Em 2004, o processo foi ainda mais complexo, dada a profusão de dados que, na altura, o denominado Instituto para a Qualidade na Formação, I.P., requereu.

Assim, a partir de 26-11-04 e pelo mesmo período, o IAC voltou a ver

reconhecida a sua acreditação, nos domínios a seguir listados:

- Organização e formação de intervenções ou actividades formativas;
- Desenvolvimento/ execução de intervenções ou actividades formativas;
- Outras formas de intervenção sócio-cultural ou pedagógica preparatórias ou complementares da actividade formativa ou facilitadoras do processo de socialização profissional.

A entidade disponibiliza oferta formativa nas seguintes áreas:

- Formação de profissionais/ formadores e ciências de educação;
- Trabalho Social e Orientação.

FORMAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Em 16-10-2008 o IAC viu renovada a sua acreditação pela actual Direcção-Geral de Relações no Trabalho e no Emprego (DGERT), nos seguintes domínios:

- Concepção de intervenções, programas instrumentos e suportes

formativos;

- Organização e promoção das intervenções ou actividades formativas;

- Desenvolvimento/ execução de intervenções ou actividades formativas;

Outras formas de intervenção.

Quer esta nova acreditação, quer a anterior, foram acompanhadas de sugestões de melhoria. Foi constituído um grupo de trabalho que, sob a coordenação do Responsável de Formação, tem procurado ir ao encontro dessas sugestões.

Esta evolução traduz-se, neste momento, pela existência de uma bolsa de formadores aptos a promoverem formação interna e externa, nas mais variadas áreas, tais como:

- Os Direitos da Criança;
- O Lúdico;
- A Criança de Rua;
- O Abuso Sexual;
- A Mediação Escolar;
- A Formação e Inserção de Jovens;
- A Formação de Animadores e tantas outras problemáticas, tendo

sempre como centro a Criança, as Famílias e os Intervenores Sociais.

O IAC está atento ao perfil de formandos e formadores, ao contexto em que a formação se inscreve, dadas as suas características idiossincráticas, como a duração da própria formação. Daí que toda a actividade formativa realizada pelo IAC tenha de ter uma abrangência que lhe permita, com os recursos existentes, satisfazer as suas necessidades.

Para o IAC, esta é uma actividade não lucrativa, do ponto de vista financeiro, só sendo mesmo possível graças ao empenho dos seus profissionais que, a título gracioso, partilham o seu saber.

Assim saibamos acompanhar as mutações céleres que a sociedade contemporânea determina e, em última análise, avalia.

CRISTINA FUNICO
PALMIRA CARVALHO
(COM A COLABORAÇÃO
DE MANUEL COUTINHO)

ESTUDO DA ERC COORDENADO PELO ISCTE

RECEPÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) encomendou um “Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social”, coordenado por José Rebelo, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e de cuja equipa de investigação fez parte Maria João Malho, do Centro de Estudos e Documentação sobre a Infância (CEDI) do IAC. A apresentação pública do estudo

foi no dia 17 de Outubro, na Fundação Calouste Gulbenkian.

Para além de uma sondagem nacional foi também realizado um inquérito em escolas básicas integradas da Grande Lisboa a crianças/jovens (dos 9 aos 14 anos) e respectivos pais/encarregados de educação. Foi aplicado um questionário auto-administrado.

Conseguimos obter respostas emparelhadas (filhos/pais/encarregados

de educação) de 504 sujeitos.

O grande objectivo desta pesquisa foi tentar perceber que usos e que grau/s de credibilidade é dada aos diferentes meios de comunicação social (rádio, imprensa escrita, televisão) e quais os usos dos novos domínios do audiovisual e do digital.

MARIA JOÃO MALHO
CEDI

O RECONHECIMENTO DA CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS E OS 25 ANOS DO IAC

Neste mês de Dezembro, faz 60 anos a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Celebra-se a dignidade da pessoa humana como valor fundamental e que é justamente o princípio em que se fundam diversos textos constitucionais, entre os quais a nossa Constituição da República.

A importância da sua aprovação é indiscutível e inspirou um conjunto de outros instrumentos de Direitos Humanos, que ao longo do Século XX foram entrando em vigor, sendo disso exemplo a Convenção contra a Tortura, os Pactos sobre os Direitos Cívicos e Políticos e sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Os Pactos e as Convenções constituem um progresso assinalável, visto que representam um compromisso dos Estados para levar à prática direitos de extraordinária relevância.

Merece-nos especial referência a Convenção sobre os Direitos da Criança, porquanto de uma perspectiva de criança como objecto de protecção apenas, veio reconhecer-se-lhe um estatuto novo, passando a ser entendida como ser autónomo, sujeito de direitos com dignidade e direito à palavra e à participação.

Decorreram 19 anos sobre a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Quando olhamos para o que tínhamos há 50 anos, em Portugal, vemos que muito se ganhou entretanto, ao nível do desenvolvimento dos

direitos fundamentais, sobretudo no que respeita à protecção da sua integridade física. Já não são toleráveis os maus tratos, nem os abusos sexuais. Estas acções são puníveis com severidade e o Estado assumiu o dever de procedimento sem necessidade de queixa. Os prazos de prescrição aumentaram e recentemente foram proibidos também os castigos corporais.

O balanço é, portanto, positivo.

Falta ainda, porém, conferir maior dimensão aos direitos de participação.

Creio que esse será talvez o maior desafio do nosso tempo. Valorizar a criança, valorizando a sua voz. Dar-lhe oportunidade de manifestar a sua opinião sobre os assuntos que lhe digam respeito, procurando ouvi-la sempre que possível.

Se tivermos esta ideia como princípio em toda a actuação relativa à criança, haverá sempre uma maior aceitação das medidas adequadas à sua protecção, visto que foram encontradas com a sua própria colaboração.

De uma cultura autoritária de imposição, passaremos a um novo paradigma, de cooperação, em que as respostas terão por base o envolvimento dos destinatários e, por isso, conduzirão a soluções mais ajustadas e duradouras.

Sabemos que nas famílias ainda há dificuldade em dar à criança oportunidade de pronunciar-se no quotidiano e que essa dificuldade é sentida também na escola, onde parece essencial haver um esforço nesse sentido.

Os conteúdos programáticos, por exemplo, ganhariam muito com a participação das crianças. As experiências efectuadas, geralmente dirigidas às crianças do ensino pré-escolar e do básico, que contaram com os contributos das crianças foram um sucesso. Se alargarmos esta nova perspectiva a todo o ensino, designadamente o secundário, decerto veríamos que seriam ultrapassadas as nossas expectativas.

O Instituto de Apoio à Criança tem desenvolvido projectos em que procura uma cultura desse tipo, com apoio personalizado e com envolvimento dos adolescentes e que têm constituído verdadeiros êxitos. O Projecto Educar e Formar para Inserir, dirigido a adolescentes entre os 12 e os 18 anos que tinham abandonado a escola é bem o exemplo de toda esta ideia inovadora e merecia ser estudado para que a sua metodologia fosse aplicada com vista a combater o abandono escolar, que é a maior tragédia do nosso sistema de ensino.

Carlos Fiolhais disse numa entrevista recente que “a escola foi a maior invenção da humanidade”. Assim nós conseguimos que ela continue a ser aquele espaço privilegiado de aprendizagem e de amizades, onde os nossos adolescentes gostem de estar.

Mas o direito à participação manifesta-se de diversas formas e está relacionado sempre com o respeito pela criança enquanto ser humano com sentimentos e necessidades psíquicas.

O princípio do superior interesse da criança, que pela sua natureza será sempre um conceito abstrac-

ENCONTRO ANUAL DA REDE CONSTRUIR JUNTOS

to tem merecido também por parte do IAC uma atenção particular, pois temos entendido que os conhecimentos científicos actuais devem ajudar a densificar o conceito, através da consagração legal expressa de direitos que sejam hoje considerados fundamentais para o bem-estar da criança.

O reconhecimento do direito da criança à preservação das suas relações afectivas profundas tem sido também preocupação do IAC neste ano em que passaram já 60 anos sobre a Declaração dos Direitos Humanos e em que significativamente o Provedor de Justiça nomeou o IAC para receber o Prémio “Rey de España de Derechos Humanos”.

Estou convicta que o Instituto de Apoio à Criança tem contribuído em larga medida para, ao longo dos seus 25 anos de existência, acarinhar e desenvolver os novos direitos que têm sido difíceis de implantar.

Decerto iremos conseguir, com a inspiração de João dos Santos que sonhou o Instituto da Criança, quando ainda era uma utopia, mas tendo consciência de que nos cabe a missão de procurar sempre “abrir o nosso mundo às crianças”, o que significa inovar, nas palavras de Emílio Salgueiro: “Pensemos e sonhemos com utopias, busquemos inspiração nas suas ideias, mas atrevamo-nos a ter ideias originais, que será a melhor maneira de darmos continuidade ao seu exemplo”.

DULCE ROCHA



Encontro de parceiros e, por tal, momento de partilha, reflexão e reciclagem, caracterizaram o Encontro Anual da Rede, que teve lugar no dia 20 de Novembro, no Auditório do Instituto Português da Juventude (IPJ), em Moscavide.

Estiveram presentes cerca de 120 pessoas, de Norte a Sul do País e Ilhas, com cuja complementaridade contámos (e contamos, desde sempre) para enriquecer o Encontro.

Sob o título “ A capacitação dos actores sociais na promoção da autonomia”, os objectivos direccionaram-se para o reforço dos “saberes” e do “saber ser e “saber estar”

dos actores sociais, para que, na prática com os diversos grupos-alvo, possam potenciar o percurso para a autonomia que, a uns e outros, lança, por vezes, desafios, difíceis de circunscrever e, mais ainda, de gerir.

Os ateliers (teatro de intervenção, mitos da relação pedagógica, biodanza e comunidade de prática) fo-

ram momentos especiais que deram aos participantes a possibilidade de ver “dentro de si” e aprofundaram quer a parte mais teórica do Encontro, quer as metodologias de boas práticas que foram divulgadas. Assim, a Fundação Aga- Khan – Projecto K – Cidade e o Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos (Caslas) deram –nos conta das suas boas práticas.

Esteve patente uma exposição que foi organizada por entidades do Pólo de Lisboa – Centro Social e Cultural de Sto António dos Cavaleiros e Centro Social e Paroquial da Pena – que foi uma mostra do trabalho realizado desde 1997 até à data.

A parte logística teve a colaboração das instituições Ajuda de Mãe e APAV.

Formulamos o desejo que o ano de 2009 faça crescer a Rede e reforce os nós que a mantêm.

PALMIRA CARVALHO

FÓRUM EUROPEU SOBRE CRIANÇAS DE RUA



O envolvimento activo da sociedade civil e de outras partes importantes do tecido social como voluntários, quer sejam especialistas quer sejam práticos de terreno, é um factor incontornável em qualquer estratégia de inclusão das crianças de rua, ou de qualquer outro grupo de crianças em risco.

Assim, o Fórum "As crianças de rua como um desafio às políticas sociais e à renovada Estratégia de Lisboa: o papel da sociedade civil como catalisador do processo de inclusão social das crianças em risco em geral e das crianças de rua em particular", organizado pelo Instituto de Apoio à Criança em colaboração com a Federação Europeia das Crianças de Rua, nos dias 6 e 7 de Outubro de 2008, procurou promover a reflexão sobre o papel da sociedade civil na promoção da inclusão activa, à luz do Ano Europeu para o Combate à Pobreza e à Exclusão Social 2010 e o futuro da Estratégia de Lisboa após aquele ano.

O Fórum teve lugar no Novo Auditório da Assembleia da República e contou com a presença de importantes individualidades nacionais, deputados do Parlamento Europeu, organizações da Sociedade Civil a nível nacional e internacional e pe-

ritos com especial responsabilidade no trabalho com crianças, trabalhadores sociais e organizações membros da Federação.

Embora os temas das diversas comunicações fossem bastante diversificados, indo dos valores fundamentais da democracia à filosofia e emergência do voluntariado, passando pelas razões bio-psico-sociais da existência de crianças de rua, o Fórum acabou por se saldar por uma inovadora contribuição transnacional aos temas em análise.

Dele saíram recomendações importantes, em jeito de Manifesto, que passamos a citar:

Recomenda-se que:

- ... os Estados-membros da EU ... disponibilizem os recursos adequados para as actividades desenvolvidas pelas organizações da Sociedade Civil, tendo em vista a sensibilização sobre as condições de vida das Crianças de Rua, no âmbito do Ano Europeu 2010;

- ... divulguem em todas as suas comunicações sobre o Ano Europeu 2010 o apelo lançado na Resolução do Parlamento Europeu para pôr fim ao fenómeno das Crianças de Rua até ao ano 2015;

- "... assegurem o acompanhamento das actividades realizadas no âmbito do Ano Europeu, conferindo

suporte às organizações da Sociedade Civil, a fim de prosseguirem as orientações do Parlamento Europeu, no sentido de pôr fim do fenómeno das Crianças de Rua na EU até ao ano 2015;

- ... O Parlamento Europeu, no âmbito do Ano Europeu 2010, crie metas activas para cumprir com as orientações... e garantindo uma linha de financiamento para apoiar as actividades das organizações da sociedade civil que dedicam a sua intervenção a esta problemática";

- a Comissão Europeia considere o Ano Europeu 2010 como uma oportunidade ... uma realidade... apoiando acções de sensibilização...nomeadamente a Federação Europeia para as Crianças de Rua (EFSC) e as suas organizações-membros, nomeadamente o Instituto de Apoio à Criança (IAC);

- as principais acções previstas no âmbito do Ano Europeu 2010 sejam articuladas... assegurando o máximo de sustentabilidade e sinergia em todas as áreas relevantes, em particular, no que respeita a inclusão das Crianças e a luta contra a pobreza infantil.

NATAL DO PROJECTO RUA

Para a maior parte das pessoas, o Natal é a época de reunir a família, trocar presentes, fazer uma ceia farta. A data é ainda mais interessante e atractiva para as crianças que esperam ansiosamente pelos presentes.

Assim a equipa do IAC não quis deixar de presentear as suas crianças, que viveram uma tarde diferente, recheada de jogos, ateliers, um fantástico lanche e para acabar chegou o Pai Natal com o Saco Cheio de Prendinhas.

No dia 30 de Dezembro, esta equipa presenteou as crianças que frequentam o "Aprender na Rua" na Quinta da Serra, com uma ida ao cinema.

Também no dia 19 de Dezembro, a equipa do Núcleo de Intervenção em Modelo Integrado organizou uma festa de Natal para as crianças do Bairro Olival do Pancas que frequentam a Casa Branca, e onde teve lugar a projecção de um filme sobre a época natalícia.



À semelhança de anos anteriores, o Projecto Rua contou ainda com ofertas especiais da TVI, do Campeira Outlet Shopping e da Fundação

BF para assistir a espectáculos dedicados a esta quadra.

ASCENSÃO ANDRADE E PAULA PAÇÓ

SOLIDARIEDADE

NATAL FELIZ

No âmbito de uma política social, a TVI-Televisão Independente em parceria com o Banco Santander Totta promoveram a campanha de solidariedade "Natal Feliz", que decorreu no mês de Dezembro, a favor do Instituto de Apoio à Criança. Esta iniciativa, que contou com a generosa colaboração da população em geral, em muito contribuirá para a prossecução dos Projectos do IAC. No próximo Boletim daremos conta, com o devido destaque, de todos os passos que integraram a referida campanha.

PROTOCOLO ADMINISTRAÇÃO INTERNA IAC

CURSO DO NÚCLEO MULHER E MENOR

A Guarda Nacional Republicana realizou mais um curso do NMUME (Núcleo Mulher e Menor), desta vez o 9º, na Escola Prática da GNR em Queluz, no dia 11/12/08.

Integrado no Protocolo existente entre o Instituto de Apoio à Criança e o Ministério da Administração Interna desde o 1º Curso NMUME em 2004, a GNR tem contado sempre com a par-

ticipação do IAC.

No 9º Curso estiveram presentes Matilde Sirgado, coordenadora do Projecto Rua, e Maria João Cosme, do SOS-Criança, que apresentaram a estratégia de intervenção do IAC no que respeita ao trabalho com Crianças e Jovens em situação de risco.

M. JOÃO COSME
SOS-CRIANÇA

11.º CONGRESSO INTERNA

De 13 a 17 de Outubro, participantes de todo o mundo reuniram-se na Cité des Sciences et de l'Industrie de la Villette, em Paris, para reflectir em torno do tema "Dar vida ao jogo e ao brinquedo na ludoteca" no 11.º Congresso Internacional de Ludotecas.

Nestes cinco dias, estiveram envolvidos 600 congressistas e representados 25 países, tendo participado Leonor Santos, que coordenou o Plenário da Europa e integrou as mesas-redondas "Le métier et les formations de ludothécaires" e "La classification ESAR" e o atelier "Explorer la spécificité de la ludothèque"; e Natália Pais, que participou na mesa-redonda "Les jeux vidéo en ludothèques" e no atelier "Ludothèque et formation". De Portugal participaram ainda a Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra e Associação Cultural e de Educação Popular (Meadela).

Na Mesa-Redonda "Le métier et les formations de ludothécaires", Leonor Santos apresentou um modelo formativo a 3 níveis, nomeadamente, um nível de formação académica universitária correspondente à categoria de mestrado ou pós graduação; um nível de formação equivalente a uma formação técnico-profissional; e um nível de Formação Contínua para enriquecimento de conhecimentos dos que já trabalham nesta área, de acordo com os seus interesses e/ou tarefas específicas.

Para cada um destes níveis de formação, apresentou propostas curriculares com os respectivos objectivos, metodologia, destinatários e módulos a abordar, aos quais deveria acrescentar uma formação na área da gestão e planeamento, transversal a todos os níveis, de forma a capacitar os profissionais para a concepção, sistematização e avaliação de pro-

jectos.

Nesta mesa-redonda, coordenada pela presidente da ITLA e com representantes do Reino Unido e de França, Leonor Santos, em representação do grupo europeu de ludotecas, evidenciou o facto de a uniformização destes modelos poder ser concretizada com a criação de um grupo de trabalho internacional para organização dos conteúdos, supervisão técnica e organização de estágios internacionais, com vista à apresen-

tação de uma proposta à Comissão Europeia do Emprego e Assuntos Sociais para o reconhecimento da formação de ludotecários pelo Parlamento Europeu.

Na sua intervenção na mesa-redonda "La classification ESAR", onde estiveram representantes do Canadá, Brasil, Espanha e França, Leonor Santos destacou a necessidade do reconhecimento do Sistema ESAR como norma de catalogação e classificação do material lúdico.

O sistema ESAR, enquanto instrumento de classificação e de análise de material de jogo, permite identificar o potencial do objecto lúdico tendo em conta a sua forma mais cor-

rente de utilização: apoia-se no conhecimento das principais características do desenvolvimento da criança, fazendo ressaltar as capacidades que diferenciam cada um dos jogos e reconhecendo no plano psicológico as relações específicas de cada um. Além disso, permite ainda aos serviços de documentação fazer a classificação da sua colecção de material lúdico e pode servir de apoio à gestão informatizada das ludotecas.

Leonor Santos propôs, então, a inserção do Sistema ESAR na ISBD (Non Book Material) e nas normas para a descrição de objectos de cada país, nomeadamente, brinquedos, jogos e outros materiais lúdicos, atendendo a



ACIONAL DE LUDOTECAS



que o sistema ESAR é já utilizado internacionalmente em ludotecas e espaços lúdicos, devendo-se a sua legitimação aos inúmeros estudos e trabalhos desenvolvidos em diferentes países, no qual se inclui o IAC, enquanto única instituição em Portugal que dispõe de uma técnica especializada e autorizada pela autora a trabalhar este sistema.

No atelier “Explorer la spécificité de la ludothèque”, no qual participaram profissionais franceses e belgas, Leonor Santos propôs a criação de um documento que sistematize as linhas orientadoras, definindo os conceitos, critérios, normas e regulamentação face aos espaços, aos

materiais, competências dos técnicos e avaliação de boas práticas, a nível internacional.

O reconhecimento legal dos espaços lúdicos, que deverá reflectir a melhoria de qualidade, a identificação de perfis e a uniformização dos modelos internacionais, será alcançado, na opinião de Leonor Santos, se em cada país forem estabelecidos contactos com as respectivas entidades competentes.

Natália Pais integrou a mesa-redonda “Les jeux vidéo en

ludothèques” e, em conjunto com 6 profissionais franceses, abordou os videojogos, enquanto nova realidade do lúdico. Referiu que através de videojogos adaptados à idade da criança, são estimuladas capacidades como o pensamento lógico, a destreza, a capacidade de reacção e concentração, influenciando positivamente o desenvolvimento cognitivo, físico e psicossocial da criança.

No entanto, tendo os videojogos entrado no circuito da comercialização e estando por isso sujeitos aos mesmos erros e excessos que ocorrem com outros materiais lúdicos, Natália Pais alertou que compete às ludotecas, mediatecas e espaços a fins,

com funções educativas e culturais, ter uma aquisição dos mesmos, bem como adquirir videojogos, critérios rigorosos de selecção e adquirir os videojogos, cuja qualidade e características se enquadrem na política cultural e educativa em que cada uma dessas instituições se fundamenta.

Na opinião de Natália Pais, deverão ser promovidas sessões para comentar, esclarecer, provocar o diálogo e o confronto de opiniões sobre eventuais situações de interpretação ambígua, ouvindo a voz das crianças e jovens, os verdadeiros peritos nesta nova realidade do lúdico.

No atelier “Ludothèque et formation”, que partilhou com profissionais do Brasil e Canadá, Natália Pais referiu que perante a comunidade e o público em geral as ludotecas têm sido reconhecidas como uma ajuda valiosa tanto no que respeita à educação, à socialização e à sensibilização de pais e professores quanto à importância do jogo no desenvolvimento global e/ou específico de crianças e jovens.

Emerge, assim, a necessidade de lutar pela criação de um Modelo de Formação, oficialmente reconhecido pelas instâncias internacionais superiores e que dê aos que trabalham nos espaços lúdicos, formas justas e objectivas de reconhecimento dos seus direitos e competências profissionais.

Natália Pais recordou, ainda, que os princípios nos quais se fundamenta a criação de ludotecas continuam a ser extremamente actuais, e podem resumir-se a: educar para a paz; promover os direitos da criança; lutar pela igualdade.

WORKSHOP EM PALMELA

BRINCAR E JOGAR EM SEGURANÇA

No dia 15 de Novembro, o sector da Actividade Lúdica participou no workshop “Segurança do Brinquedo” a convite da Câmara Municipal de Palmela. Este workshop decorreu na escola EB1 nº 2 do Pinhal Novo e contou com a presença de vários pais e crianças.

A propósito do tema do workshop, Leonor Santos apresentou uma comunicação intitulada “Brincar e Jogar em segurança”, centrando-se na importância do brinquedo e do brincar na infância e numa nova realidade do lúdico – os videojogos e os jogos online. Sendo esta uma realidade cada vez mais presente entre todos, é também uma questão que não só desperta a atenção dos pais como a sua preocupação.

O desconhecimento da temática, a falta de legislação, a banalização desta realidade, e todos os mitos que lhe são inerentes, foram alguns dos aspectos focados, não se deixando de abordar igualmente a influência positiva que os videojogos podem assumir ao nível do desenvolvimento da criança e do jovem.

Foram, ainda, apresentadas estratégias para utilização dos videojogos e da internet em segurança e foram descritos os critérios de selecção destes, com a leitura da simbo-



logia da PEGI-Pan European Games Information (contida na embalagem dos videojogos).

No final da comunicação, foi criado um momento de interacção entre pais e filhos pela técnica do sector, Anabela Fonseca, e pelas colaboradoras Andreia Cerqueira e Ana Margarida Lourenço. A instalação de

duas consolas de videojogos possibilitou a todos a experimentação de dois jogos criteriosamente escolhidos, o que permitiu aos pais ter uma maior noção desta nova realidade, levando também as crianças a encararem os videojogos como uma possibilidade de criar momentos de partilha com os pais e com a família.

CABO VERDE ESTEVE PRESENTE

O Sector da Actividade Lúdica foi responsável pela divulgação do Congresso em Portugal, tendo enviado o programa traduzido para todos os seus parceiros. A Associação das Famílias e Amigos das Crianças com Paralisia Cerebral do Sal – Cabo Verde, ACARINHAR, teve conhecimento do Congresso, tendo posteriormente estabelecido contacto com o Sector da Actividade Lúdica.

Sendo a primeira vez que estaria presente um país africano de língua oficial portuguesa num Congresso Internacional de Ludotecas e por considerarmos que a Associação Internacional de Ludotecas (ITLA) deve intervir para enco-

rajar países como Cabo Verde a serem mais activos nesta área, o sector desenvolveu todos os esforços junto da comissão organizadora para que fosse possível a sua inscrição pelo valor mais baixo, o que se concretizou.

O Sector da Actividade Lúdica teve oportunidade de reunir com Teresa Mascarenhas, presidente da ACARINHAR, que demonstrou interesse no estabelecimento de uma parceria e solicitou o apoio técnico do sector para a criação da Ludoteca “Brincar Crescendo”.

Consideramos ter sido um passo importante para reforçar as ligações do IAC com instituições de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

NOVAS ABORDAGENS DAS POLÍTICAS E MEDIDAS

A 11 e 12 de Novembro, como um dos resultados do protocolo recentemente celebrado entre Portugal e Espanha, teve lugar na Universidade do Minho o encontro temático e o seminário luso-espanhol “Novas Abordagens das Políticas e Medidas no âmbito da Parentalidade Positiva”.

Estiveram presentes com comunicação a secretária de Estado adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz; a secretaria de Estado de Servicios Sociales, Familias y Discapacidad, Amparo Valcare García.

Um dos objectivos destes encontros foi “... promover a necessária leitura técnico-científica das políticas e medidas sociais ...”, com a troca de saberes e experiência prática na área da educação parental entre os dois países.

Neste momento, está a decorrer em Portugal um estudo para avaliação dos programas de formação parental, com a implicação directa de

cinco universidades: Universidade de Coimbra (Madalena Alarcão e Filomena Gaspar); Universidade Técnica de Lisboa (Teresa Brandão); Universidade do Minho (Ana Tomás de Almeida); Universidade do Porto (Isabel Pinto) e Instituto Politécnico do Porto (Milice Ribeiro). De Espanha temos o Instituto de Ciencias de la Educación de la Universidad de Oviedo (Raquel Amaya González) e a Facultad de Psicología de la Universidad de la Laguna, S.T. Tenerife (Maria José Rodrigo).

Como balanço destes dois dias de trabalho salienta-se:

- Aferir e interiorizar por parte de todos os técnicos das áreas das ciências sociais do conceito de Parentalidade Positiva (28ª Conferência de Ministros de Maio de 2006 e respectiva recomendação do Conselho da Europa);

- Criar espaços de reflexão/supervisão para os diferentes técnicos que intervêm com as famílias;

- Desenvolver políticas empresariais de apoio às famílias: conciliação e flexibilidade de horários, funções e formação;

- Combater a pobreza infantil, articulando três eixos: a) condições materiais de vida (rendimentos); b) políticas de emprego/qualificação profissional; c) qualidade dos serviços;

- Definir políticas conjuntas para a infância e juventude, desenvolvendo políticas transversais em que haja a participação real das mesmas tendo em conta “o primado da intervenção, o princípio da subsidiariedade e os Direitos das Crianças”;

- Atender e trabalhar com as famílias das crianças institucionalizadas;

- Desenvolver e realizar programas de intervenção precoce de acordo com as necessidades locais;

- Desenvolver manuais de boas práticas.

MARIA JOÃO MALHO
CEDI-EIXO DE ESTUDOS

PROJECTO DE MEDIAÇÃO ESCOLAR

OS GAAF DA ZONA CENTRO

Em ambiente de partilha e diálogo, no dia 30 de Outubro, no Auditório da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais, em Coimbra, técnicos, estagiários e professores dos GAAF das Escolas de Coimbra (EB1 de Almedina, EB1 de Montes Claros, EB1 de Santa Cruz, EB2, 3 de S. Silvestre), de Miranda do Corvo (EB2,3 c/Secundária José Falcão), Oliveira do Hospital (Escola Secundária c/3º CEB de Oliveira do Hospital), Pombal (EB2,3 c/Secundária Marquês de Pombal), Marinha Grande (Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte), Alcobça (Escola Secundária D. Inês de Castro) e da Pampilhosa da Serra (Projecto Trilhos com Sentido), participaram numa Reunião de Trabalho

dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família da Zona Centro.

A implementação de novos Gabinetes e o início de mais um ciclo com estagiários foi o pretexto para:

- Apresentar e analisar o Projecto de Mediação Escolar (da Filosofia de Intervenção);

- Reflectir e Partilhar Formas de Intervenção;

- Reforçar o conhecimento sobre a Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, para intervir de forma adequada e eticamente balizada,

- Concertar Estratégias de articulação com as Instituições Locais, de forma a dinamizar as Redes de Apoio Social.

Na dinamização dos trabalhos

Paula Ribeiro, responsável pelo Projecto de Mediação Escolar da Zona Centro e Norte, contou com a intervenção Roque Martins, mentor do Projecto, e a participação de Odette Rocha, ambos da equipa do SOS Criança, que com a sua profunda experiência muito contribuíram para o enriquecimento dos trabalhos.

Estes momentos de reflexão foram considerados por todos os participantes de extrema importância para a coesão do grupo de trabalho, bem como para a consolidação da filosofia e metodologia de intervenção do Projecto de Mediação Escolar.

EQUIPA DO IAC
FÓRUM CONSTRUIR JUNTOS

QUE NATAL NESTE TEMPO HISTÓRICO ?

Em cada ano, repete-se a tradição de festejar, por esse mundo além, o Natal, das mais diversas formas, na diversidade de culturas, religiões, em diferentes contextos geográficos, atravessando e tocando toda a humanidade, inundando os corações de sentimentos nobres, que impelem os homens à partilha do Amor, envolvido por valores essenciais, que acrescentam civilização à Vida

Tudo está nas mãos do homem poder realizar.

“Sagrado é o ser humano e tudo o que a ele diz respeito. Sagrado é o amor e a vida, a justiça e a procura da verdade, a alegria e o trabalho, o perdão e a possibilidade de renovação “ (P. Vítor Gonçalves)

É Natal, um Menino nos nasceu, para toda a humanidade, sinal de Esperança, certeza de transformação. Mesmo os que não perfilham uma religião, sentem-se atraídos, pelo coração e pela razão, para esse Sinal que, ao longo dos séculos, inspira à construção da Paz e do Bem, de um Mundo onde todos e cada um tenha o real direito à felicidade.

Os valores e a mensagem contidos na festa do Natal, são valores essenciais, de todo o tempo e de todo o lugar, transversais a toda a Humanidade, fundadores da civilização humana, inspiradores de arte e de cultura, nas mais diversas formas de expressão.

É Natal.

Neste tempo, o nosso pensamento e o nosso coração, volta-se para a Criança, de um modo singularmente mais forte e envolvente. Para a Criança que nos interpela e nos olha, tanta vez chorando e clamando pelo nosso Amor, pela nossa protecção, pela nossa compreensão, pela nossa boa Amizade, tanta vez ávida do

carinho e da ternura, dos afectos de que precisa para poder crescer e desenvolver-se harmoniosamente, para também ela poder Amar e ser Feliz, poder vir a ser um adulto harmonioso e construtor de paz.

Quem és tu Criança? Precisamos redescobrir-te neste tempo novo, grávido de esperanças.

A Criança quer e precisa, acima de tudo o mais, do nosso Amor autêntico. Os brinquedos e prendas que, habitualmente, nesta quadra, se oferecem às crianças, têm um significado de expressão mágica de Amor, constituem um gesto simbólico de um particular afecto, imbuído de sortilégio. O valor não está, por conseguinte, na grandiosidade material da prenda, está, essencialmente, na simplicidade profunda da comunicação afectiva que, simbolicamente, se partilha em Festa. Cultivar a simplicidade, praticá-la, também é Natal.

Em 2009 celebram-se os 50 anos da promulgação da Carta Universal dos Direitos da Criança, pela Assembleia Geral das Nações Unidas (20 de Novembro de 1959). Tempo para festejar a publicação de tão importante documento. Tempo propício

para, necessariamente, olhar o Mundo e reflectir como são tratadas as crianças, mesmo em sociedades ditas evoluídas, possivelmente o tempo de aprofundar o conceito de ser Criança, de ver a necessidade de integrar novos direitos, de lutar, dia a dia, empenhadamente, pela efectivação dos mesmos.

Talvez um dia devamos colocar na Carta dos Direitos Humanos, o Direito a poder ser feliz.

Assim, este é o tempo de aproximação dos povos, tempo de ecumenismo, tempo de apreciar, admirar e respeitar a riqueza da diversidade cultural, de práticas, costumes e tradições dos diversos povos, caminho para a paz.

No ano que finda, em 31 de Dezembro de 2008, a União Europeia propôs a todos os países, seus constituintes, que desenvolvessem acções específicas de sensibilização, sobretudo junto dos mais jovens, para promover a educação ecuménica, através da relação e do conhecimento da diversidade cultural dos povos, quer os da imigração, quer os que fazem parte da União Europeia, como caminho para a construção da paz no mundo - Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

Esta iniciativa, tão louvável quanto necessária, também se pode inscrever no domínio dos valores que enformam a Festa do Natal.

A todos os leitores e de um modo particular e afectivo aos sócios do IAC e os que acompanham o nosso trabalho ao serviço da Criança, desejamos um Bom Natal e um próspero Ano Novo 2009.

Bem hajam.



CONFERÊNCIA EUROPEIA DA EACH

O Sector da Humanização esteve presente na 9ª Conferência Europeia da EACH (European Association for Children in Hospital), que decorreu de 10 a 14 de Setembro, em Helsínquia, Finlândia.

Para além da presença portuguesa na reunião do Comité da EACH, estiveram também representantes de vários países, nomeadamente França, Inglaterra, Irlanda, Holanda, Suécia, Finlândia, Islândia, Suíça, Áustria e participaram ainda representantes de países do Leste europeu, como República Checa, Eslováquia e Croácia.

As Conferências Europeias compreendem a reunião do Comité, na qual se apresentam os resultados da participação da EACH em diferentes grupos de trabalho europeus, e onde se estabelecem as prioridades e o plano de acção anual.

A Assembleia-Geral da EACH reúne os membros do Comité e os membros associados onde são apresentadas as actividades desenvolvidas por cada associação no âmbito da defesa dos direitos da criança hospitalizada e onde são feitas as propostas de adesão à EACH. Portugal foi, nesta reunião, felicitado pela expansão das suas acções, nomeadamente pelas relações estabelecidas com alguns hospitais e com a Sociedade Portuguesa de Pediatria.

Teve, ainda, lugar a Conferência "Empowering the Children and their Families in Hospital", organizada pela associação finlandesa NOBAB e que reuniu cerca de uma centena de profissionais. Sob o tema central "empowerment", alguns oradores apresentaram experiências positivas desenvolvidas com crianças e pais em diferentes hospitais e houve ainda a oportunidade de se discutirem dife-



rentes pontos de vista num painel de discussão sobre preparação, multidisciplinaridade e no qual se debateram os desafios que o futuro trará.

A reunião anual do Comité, na qual se organizam acções conjuntas dos diferentes países-membros e se define o plano de acção, realizar-se-á em 2009, ainda em local a definir, e ficou aprovada a realização da próxima Conferência Europeia, em 2010, na Irlanda.

A CRIANÇA SEM FAMÍLIA – QUE RESPOSTAS?

Maria de Lourdes Levy, pediatra e sócia fundadora do IAC, esteve presente, nos passados dias 5 e 6 de Novembro, no seminário "A Criança sem família – que respostas?", que decorreu na Fundação Prodignitate, Fundação de Direitos Humanos.

Por convite da sua presidente, Maria de Jesus Barroso Soares, Maria de Lourdes Levy participou neste seminário, tendo desenvolvido uma intervenção subordinada ao tema "Como garantir à Criança o Direito à Palavra", na qual destacou a importân-



cia do artigo 12º da Convenção dos Direitos da Criança, reforçando que deve sempre considerar-se a possibilidade da criança emitir a sua opinião de acordo com a sua maturidade, em todas as decisões que lhe digam respeito, seja no plano da saú-

de, da educação ou da justiça, não esquecendo a diversidade de culturas e o nível de desenvolvimento da comunidade em que se inserem.

O encerramento desta reunião ficou a cargo de alunas da Escola Superior João de Deus, que leram os Direitos da Criança conforme o texto em verso da autora Matilde Rosa Araújo, escritora de literatura infantil e directora do Boletim do IAC, o que representou um momento agradável no âmbito da Comemoração do Dia Internacional dos Direitos da Criança.

PROJECTO DAPHNE 2008

116 000 NÚMERO EUROPEU PARA AS CRIANÇAS DESAPARECIDAS

Teve início no passado dia 29 de Outubro, em Atenas, Grécia o Projecto Europeu de Implementação e Divulgação do 116 000, financiado pelo programa DAPHNE da Comissão Europeia.

A ONG anfitriã aproveitou a ocasião para organizar uma Mesa redonda promovida pelo Ministro do Interior Grego, Prokopis Pavlopoulos, e o Embaixador belga na Grécia, Pierre Vaesen, com a presença do Comissário Europeu para a Justiça, Segurança e Liberdade, Jacques Barrot e Margarida Durão Barroso, onde foram apresentados, na primeira pessoa, casos reais de rapto parental internacional, crianças migrantes não acompanhadas e raptos por terceiros bem como exemplos das respostas europeias criadas para este combate, como o Alerta Rapto estabelecido na Grécia em Julho de 2008 e o trabalho da Missing Children Europe: Federação Europeia das Crianças Desaparecidas.

Esta sessão de trabalho, atraiu 60 profissionais e peritos de 12 países diferentes e anunciou o começo de uma campanha europeia para a divulgação do número europeu para Crianças Desaparecidas.

O número de telefone europeu para crianças 116 000 foi reservado para linhas de apoio social para crianças desaparecidas conforme a decisão da Comissão Europeia em 15 Fevereiro 2007.

Mais de um ano volvido após esta decisão, o número foi atribuído somente por 8 Estados-membros. Com o lançamento a 30 de Outubro, a Grécia transformou-se o terceiro Esta-

do-membro que tem a linha 116000 operacional. Kek Vonal de Hungria, um outro membro do Missing Children Europe, foi o primeiro a operar o 116000, seguido de Portugal, a 27 de Julho.

“Nós sabemos que, quando as crianças são assassinadas depois de um rapto, 70% das crianças são mortas dentro das 3 horas seguintes, e 90% dentro de 24 horas após seu desaparecimento. A acção imediata por serviços especializados é consequentemente indispensável”, lembrou Margarida Barroso, membro independente da Direcção da Missing Children Europe. “Eis porque o número de telefone europeu para crianças desaparecidas tem o potencial de conservar as vidas das crianças. Não há nenhuma desculpa válida para não tomar todas as medidas possíveis para que o número esteja operacional em cada Estado-membro da UE.

Nos dias 30 e 31 irão decorreram as reuniões de trabalho referentes à implementação e divulgação com os 5 parceiros do projecto (Instituto de Apoio à Criança-Portugal, Child Focus – Bélgica, Smile of the Child-Grécia, Thora Centre-Dinamarca, Kek Vonal-Hungria) com os representantes das autoridades nacionais de comunicação e representantes das operadoras de telecomunicações.

Este projecto, financiado pelo programa DAPHNE visa: 1. Facilitar, ao nível nacional, a reserva de 116 000 pela autoridade reguladora nacional (NRA), a atribuição do número da linha de apoio a uma organização nacional para crianças desaparecidas e a execução operacional do número; 2. Informar o público da disponibilidade deste número, em particular pais/famílias em viagem através dos estados da UE.

Os trabalhos prosseguirão por 12 meses, prevendo-se mais dois encontros de trabalho, um na Bélgica e outro na Hungria em datas a anunciar, sendo que o lançamento da campanha está previsto para o início da época estival.

“Numa Europa sem fronteiras, uma aproximação coordenada ao problema de crianças em fuga, os menores migrantes não acompanhados, os raptos parentais e aos raptos por terceiros torna-se indispensável. O número de telefone europeu é mais uma ferramenta entre muitas, que tem que ser executada ao nível nacional. “Eis porque a Missing Children Europe e os seus membros decidiram iniciar um projecto europeu em 116 000”, disse Francis Herbert, secretário-geral de Missing Children Europe.



REUNIR PARA (MELHOR) INTERVIR

Trocar experiências, com base na uniformização de conceitos e de metodologias de intervenção, é uma prática que o Instituto de Apoio à Criança (IAC) tem procurado fomentar, junto dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF).

A missão é reunir as estratégias já delineadas e adequar às necessidades de uma acção diária, tendo em conta os contextos de cada GAAF. Para tal, e cumprindo um hábito já enraizado, foi organizado, no dia 3 de Novembro, um Encontro Nacional de Técnicos de Mediação Escolar. No Hotel SANA Lisboa estiveram reunidos elementos dos GAAF de todo o país, assim como docentes, representantes de associações de pais, elementos do poder local, entre outros. Subordinado ao tema “Reflexão para Intervenção”, o encontro demonstrou a importância de aliar contributos e ideias de técnicos que desempenham as mesmas funções, mas em cenários diferentes, e com experiências diferenciadas também. Isto com o objectivo de, em conjunto,



alcançar bases que permitam aumentar a eficácia de intervenção dos gabinetes, junto de quem precisa.

Este encontro contou com a participação do secretário-geral e da presidente executiva do Instituto de Apoio à Criança, Manuel Coutinho e Dulce Rocha, que alertaram uma vez mais para a importância dos GAAF no processo de Mediação Escolar em Portugal; Ana Paula Caetano, da Fa-

culdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, que incentivou à reflexão para a resolução e mediação de conflitos entre os diferentes intervenientes do processo educativo; e os técnicos Cláudia Afonso e Hugo Marques, os quais dinamizaram o workshop “Reflexão para a intervenção”.

ROQUE MARTINS

PROJECTO RUA

ENCONTRO DE VERONA

Nos dias 4 e 5 de Dezembro, teve lugar no Instituto Don Calábria em Verona, um encontro promovido pela Fundação Europeia para as Crianças de Rua, subordinado ao tema das crianças migrantes não acompanhadas. A riqueza da abordagem a este fenómeno foi garantida pela representação de instituições oriundas de

países como a Roménia, Albânia, Camarões, Itália, Inglaterra e Dinamarca. O encontro teve uma forte componente prática, com a apresentação de boas práticas na área do trabalho de rua.

O IAC-Projecto Rua teve a oportunidade de partilhar, através de uma comunicação, o trabalho que desenvolve junto de crianças e jovens em

contexto de fuga e a resposta do PEFI como exemplo de boa prática na promoção da sua (re)inserção social.

Estamos certos que a partilha de conhecimentos e de experiências enriqueceu todos aqueles que estiveram presentes nesta nobre e pertinente iniciativa.

BRUNO PIO

I A C P R E S E N T E

● A convite da Prosalis-Projecto de Saúde de Lisboa, esteve presente em representação de Manuela Eanes a técnica Maria João Cosme, apresentando o IAC e o SOS-Criança como exemplos de boas práticas contra a Violência Infantil. A prelecção integrou-se numa mesa-redonda do XVIII Congresso sobre “Estilos de Vida e Comportamentos Aditivos: Estratégias de Intervenção contra a Violência Infantil, Adolescente e Adulta”, que decorreu no dia 6 de Novembro, no Auditório da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

● Dulce Rocha fez uma comunicação em 8 de Novembro, no Congresso de Serviço Social, na Universidade Lusitana, em Lisboa, sobre “Intervenção Social com Crianças”.

● A 18 de Novembro, a técnica Sara Matias efectuou uma apresentação do IAC e do SOS-Criança, integrada no Mestrado em Psicocriminologia (2º Ciclo), no Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

● A 20 de Novembro, Maria João Malho, do CEDI-Eixo de Estudos, esteve no Centro Cultural Casapiano, na apresentação pública da campanha “Prevenir é amar”, da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco. Esta campanha tem três spots publicitários realizados por alunos da Escola Técnica de Imagem e Comunicação, ETIC.

● No dia 20 de Novembro, Bruno Pio fez uma apresentação do Núcleo de Intervenção em Contexto de Fuga, no Encontro de Reflexão sobre as “Piores Formas de Exploração de Crianças no Mundo Globalizado”. A entidade promotora deste Encontro foi a CNAI.

● A 21 de Novembro, Manuela Eanes e Coelho Antunes estiveram no Fórum “Voluntariado Promotor de Desenvolvimento”, organizado pelo Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, cuja presidente é Elsa Chambel.

● Alexandra Simões, Dulce Rocha, Isabel Duarte e Anabela Fonseca participaram nos workshops: “Prevenção do Abuso Sexual de Menores na Comunidade”, “Abordagem Multidisciplinar no Abuso Sexual de Menores” e “Que Intervenção com os Agressores Sexuais?”, no âmbito do Encontro “Abuso Sexual de Menores – Para Além do Segredo”, realizado pela Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Acção Social, no dia 11 de Dezembro

IAC NOS MEDIA

● O Programa Sociedade Civil, da RTP 2, que abordou o tema “Pais ausentes”, contou com a presença de Dulce Rocha.

● Manuel Coutinho, entrevistado, respectivamente, para os seguintes órgãos da comunicação social: revista *Máxima*, sobre “O Mito do Pai Natal”; TVI - Telejornal, sobre “Violência Contra Crianças”; *Diário de Notícias*, sobre “Violência Contra Crianças Punidas com Prisão”, “Mendicidade Infantil”, “Raptos Parentais”, “Abusos Sexuais”, “Crianças em Risco” e “Os 20 Anos do Serviço SOS-Criança”; TSF sobre “Crianças Desaparecidas”; Rádio Comercial Português – Programa Minuto a Minuto, sobre “Mendicidade”; semanário *Sol*, sobre “Os 20 Anos do Serviço SOS-Criança”; Agência Lusa, sobre “Adopção”; revista *Crescer*, sobre “Intercâmbio Cultural”; SIC, sobre “Mendicidade”; revista *Time-Out*, sobre “Stress”; SIC-Notícias, sobre “Os 20 anos do Serviço SOS-Criança”; jornal *Público*, sobre “Os 20 Anos do Serviço SOS-Criança”.

● Alexandra Simões, entrevistada para o *Diário Notícias*, sobre “Respostas Parentais, partindo do Caso Belga”.

● Sobre “Os 20 Anos do Serviço SOS-Criança” foram entrevistados: Manuel Coutinho, Dina Faria e Isabel Oliveira pelo jornal *Metro*; Manuel Coutinho e Maria João Cosme, pela RDP

África e Antena 1; Maria João pela RDP África; Manuel Coutinho, Rosário Costa e Maria João Pena, pela SIC; Dina Faria e Isabel Oliveira pela TVI; Dina Faria e Maria João Cosme, pela TVI – Programa Você na TVI sobre “O Instituto de Apoio à Criança e o Serviço SOS-Criança – Campanha Solidária”.

● Matilde Sirgado e Paula Paçó foram entrevistadas pelo jornal *Público* que esteve presente num giro nocturno, realizado pela equipa do Núcleo de Intervenção em Contexto de Fuga (NICF).

● Durante o mês de Dezembro, uma equipa de reportagem da RTP 1, do programa “Em Reportagem”, acompanhou a equipa do NICF, na realização de giros diurnos e nocturnos, na acção Aprender na Rua e no Projecto Educar e Formar para Inserir.

● Em Dezembro, o semanário *Sol* publicou duas reportagens: uma, sobre a problemática da prostituição infantil (tendo a jornalista acompanhado a acção desenvolvida pelo NICF) e outra sobre os vários Sectores do IAC.

● No dia 30 de Dezembro, o programa de rádio “Caminho de Emmaus” da Paulus Editora, integrou a equipa do NICF no giro nocturno.

